



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO DONATO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04/06/2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Presentes os Vereadores Antonio Donato, Ricardo Nunes, Soninha Francine, da Comissão de Finanças e Orçamento, e também o Vereador José Police Neto, que muito nos honra com sua participação. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública virtual da comissão do ano de 2020.

Esta audiência tem como objetivo debater o PL 309/2020, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento e do Vereador Eduardo Tuma, que “altera a redação do artigo 16 da Lei nº 13.701, de 25 de dezembro de 2003, e dá outras providências. (Suspensão temporária do benefício fiscal de ISS relativo aos setores que especifica)”

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link *auditórios on-line/auditoriovirtual*. Esta audiência está sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 28 de maio de 2020 e foi publicada em dois jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo*, em 2 de junho, e na *Folha de S.Paulo*, no dia 3 de junho.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Philippe Duchateau, Secretário Municipal da Fazenda, que será representado pelo Sr. Marcelo Tannuri de Oliveira; João Antonio da Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Rubens Rezek, Secretário de Governo Municipal; Edson Aparecido dos Santos, Secretário Municipal de Saúde; Orlando Lindório de Faria, Secretário-Chefe da Casa Civil; Isaac Sidney Menezes Ferreira, Presidente da Febraban, que será representado pelo Sr. Adauto Duarte, Diretor de Relações Institucionais; Ricardo de Barros Vieira, Diretor-Executivo da ABECS; Sra. Carolina Gladyer Rabelo Sanches, Diretora Jurídica Institucional Adjunta; Dario Santos, Presidente da Associação Empresarial da Região Sul, que indicou como representante o Sr. Vanildo Veras; Paulo Antonio Skaf, Presidente da FIESP, que indicou o Sr. André Rebelo; Osmar Roncolato, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL); representantes da Bovespa; todos os Vereadores da Câmara Municipal e o público em geral.

As inscrições são feitas pelo *site* da Câmara Municipal para quem desejar fazer intervenção. Naturalmente munícipes da cidade de São Paulo pelo *site* da Câmara é possível fazer ou uma pergunta por escrito ou se inscrever e ter acesso à sala do aplicativo que usamos para esta audiência pública e

fazer a pergunta ao vivo aqui.

Então, aberta a audiência, eu queria estabelecer a dinâmica dela. Vou passar a palavra ao Vereador Ricardo Nunes para a apresentação do projeto. Vou passar a palavra também ao representante da Secretaria da Fazenda, Sr. Marcelo Tannuri; Sr. André Rebelo, da FIESP; Sr. Adauto Duarte, da Febraban. Não sei se existe mais algum representante dos convidados e, se houver, passarei a palavra. Depois passarei aos Srs. Vereadores e aos munícipes inscritos.

Com a palavra, então, o Vereador Ricardo Nunes. A minha expectativa é que a audiência dure até meio dia, no máximo, para nos planejarmos.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, bom dia. hoje estou com equipamentos novos, acho que está escutando bem mais e a imagem está boa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – O som está meio distante. Se o senhor puder falar mais próximo do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, é a Vereadora Soninha que vai fazer a apresentação do PL e eu complemento falando um pouquinho sobre a consulta, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pois não, claro.

Então, Vereadora Soninha Francine, com a palavra.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente. Estou abrindo o texto do PL, uma apresentação mesmo do que o projeto propõe, basicamente uma leitura até. Presidente, não exibimos aquele vídeo com as instruções básicas para a participação na audiência pública? Será que passamos agora?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Se estiver disponível o vídeo, peço à assessoria.

O SR. ASSESSOR – É que às vezes tentamos colocá-lo, mas não entra. Hoje foi o caso, tentamos algumas vezes e ele não entrou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Está bem. Então, a Soninha pode prosseguir.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vamos lá com a leitura. O texto é bem simples na verdade, mas como ele remete a muitos outros dispositivos legais, talvez o Vereador Ricardo Nunes possa especificar. Mas, é o PL 309/2020, da Comissão de Finanças e Orçamento e do Vereador Eduardo

Tuma, do PSDB.

“Altera a redação do artigo 16 da Lei nº 13.701, de 25 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Art. 1º A alínea a do inciso I do artigo 16 da Lei nº 13.701, de 25 de dezembro de 2003, com a redação dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação”. E aí a mudança proposta é a seguinte: “a) nos itens 4 e 5 e nos subitens 2.01, 6.04, 8.01, 11.02, 11.03, 12.01, 12.03, 12.05, 13.04, 16.01 e 17.05 da lista do "caput" do art. 1º”. Então, aqui se refere a diversos tipos de atividades.

“Art. 2º A alínea i do inciso I do artigo 16 da Lei nº 13.701, de 25 de dezembro de 2003, com a redação dada pela Lei nº 15.406, de 08 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação” e aí passa a ser assim a redação da alínea i: “i) no subitem 15.01 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados à administração de fundos quaisquer e de carteira de clientes”.

“Art. 3º Fica inserida a alínea o no inciso I do art. 16 da Lei nº 13.701, de 25 de dezembro de 2003” – e aí na redação original de 2003, quer dizer, não alterada por legislações posteriores – a alteração seria agora no subitem “o) no subitem 15.14 da lista do "caput" do art. 1º relacionados a fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão salário, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.”

“Art. 4º Fica suspenso o efeito, no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, da alínea j do inciso I do art. 16 da Lei nº 13.701, de 25 de dezembro de 2003.”

“Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.”

“Art. 6º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao da data da publicação, produzindo seus efeitos até 31 de dezembro de 2020, observado o disposto no art. 7º.”

“Art. 7º A partir de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 a alíquota aplicada será de 4% (quatro por cento), voltando os dispositivos alterados ou suspensos mencionados nos art. 1º, 2º e 4º desta lei a produzir efeitos em 1º de janeiro de 2022”.

Em suma, o que se propõe é uma alteração na legislação vigente em 2003, que sofreu algumas modificações depois - em 2011 e 2017 - e as mudanças surtiriam efeito, num primeiro

momento, no primeiro dia do mês subsequente, logo em seguida à publicação da lei; e uma outra fase vigoraria em 2021, ao longo de todo aquele ano. Agora, o Vereador Ricardo Nunes pode, com certeza, explicar melhor, em detalhes, o teor dessas mudanças. Como eu disse, nós nos remetemos a textos anteriores, que não tenho abertos, aqui, neste momento.

O SR. RICARDO NUNES – *Okay*. Cumprimentando a apresentação do projeto de lei feita pela Vereadora Soninha Francine, é importante colocar onde se originou a ideia desse projeto de lei. O projeto de lei se originou basicamente da participação do Sr. Secretário da Fazenda, Philippe Duchateau, em audiência pública realizada por esta Comissão de Finanças e Orçamento, em que tivemos a informação do Secretário, à época – reunião essa ocorrida no dia 22 de abril de 2020 –, ele nos apresentou naquela audiência pública que a estimativa de perda de receita da cidade de São Paulo, por conta da pandemia, era da ordem de 7,1 bilhões, e que em cenário pessimista, poderia chegar a 8,6 bilhões. Essas foram as palavras do Secretário Philippe Duchateau.

Na reunião desta semana, também discutindo sobre a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Secretário nos traçou um quadro ainda pior, um déficit de 11 bilhões, com perda de arrecadação de 9,5 bilhões. Tendo em vista o cenário apresentado pelo Secretário, a comissão de mérito, que é a Comissão de Finanças e Orçamento, na tentativa de buscar uma solução, não para resolver, tenta minimizar esses impactos e assim não atingir frontalmente os munícipes, com a eventual falta de atendimento nas áreas da Saúde, Educação, mobilidade, enfim, tudo aquilo que se faz necessário à Prefeitura de São Paulo fornecer aos seus munícipes.

Sendo assim, foi feito estudo com relação ao quadro das renúncias fiscais da Prefeitura de São Paulo. E vendo o quadro das renúncias fiscais, por exemplo, há isenções de IPTU para pessoas idosas, para aposentados, há isenção de IPTU para entidades sem fins lucrativos, isenções para entidades, projetos habitacionais de baixa renda, e também, nesse quadro, temos as renúncias fiscais, os benefícios fiscais para instituições financeiras, que passam da ordem de 2,3 bilhões, bem como da Bolsa de Valores. Foi identificado, dentro daquele quadro, onde seria possível fazer uma alteração temporária, e é importante ressaltar, seria com relação às instituições financeiras, pois essas não foram atingidas pela pandemia, estão com suas atividades funcionando normalmente. Apresentam, até pela

sua capacidade de administração, o que é louvável aos seus administradores, um valor razoável de lucro, portanto, com capacidade contributiva tornando assim o projeto absolutamente social e justo, o que sempre foi um norte desta Casa de Leis, da Câmara Municipal de São Paulo.

A proposta – como a Vereadora Soninha colocou – é que temporariamente, somente por conta da pandemia, o benefício fiscal concedido principalmente em 2017, com o projeto de lei votado pela Câmara Municipal - que alterou a alíquota de 5% para 2%, uma redução de 150% - fosse, durante este ano e ano que vem, suspenso esse benefício. E a partir de 1º de janeiro de 2022, retornaria ao normal a alíquota de 2%. Isso foi motivo de amplo debate entre os Vereadores, nas sessões plenárias virtuais, bem como nas reuniões de Colégio de Líderes, e com grande aceite da maioria dos Srs. Vereadores, e assim se iniciou o processo.

Seria importante, sem querer me estender, mas é preciso dizer que esta Comissão consultou a Secretaria da Fazenda quanto à minuta do projeto de lei, e a resposta chegou ontem na Comissão. Se me permitir, farei algumas ponderações com relação ao resultado da consulta à Secretaria da Fazenda.

A primeira questão é que a consulta passou por vários órgãos da Secretaria da Fazenda, órgãos que esta Comissão reconhece total capacidade para essa questão, são setores altamente competentes. E para não me estender, mas objetivamente falar sobre a decisão do Subsecretário da Fazenda, o Dr. Thiago, eu vou ler um parágrafo: “De acordo com o DEFIN, o risco de fuga de contribuintes e aumento de situações e simulação de estabelecimentos, foi avaliado como moderado, com exceção dos serviços prestados pela Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros - BMF e Bovespa, cujo risco de fuga do contribuinte para outro município foi considerado muito alto”. Então, aqui, falo dessa observação da Subsecretaria da Fazenda, um órgão técnico da Secretaria da Fazenda, de que é favorável, considerando moderada a questão das instituições financeiras, e indicando não realizar essa alteração para BM&F Bovespa, pois alega que o risco de fuga do Município é muito alto.

Anteriormente a esse parecer do Dr. Thiago, eles nos relatam que a BM&F e a Bovespa possuem prédio, já com bastante estrutura, na cidade de Santana de Parnaíba e, portanto, coloca de forma muito clara a conclusão de que o risco é muito alto. O questionamento da Comissão de Finanças

não foi sobre risco, mas a Secretaria da Fazenda foi além – e nós agradecemos – ao avaliar o risco da perda de contribuintes.

Bom, o que me chamou a atenção foi que, mesmo com esses pareceres da área técnica, onde houve outras observações, por exemplo, questionam a questão do termo “suspensão”. Agora, eu não falo em nome da Comissão, mas em nome do meu mandato: eu, particularmente, rebato porque obviamente é uma suspensão, e está claro no texto do projeto de lei, pois retorna no dia 1º de janeiro de 2022. Portanto, está bem claro, nítido, dentro da técnica legislativa de que é temporária, é uma suspensão temporária. De antemão, quero rebater essa colocação, essa resposta dada na consulta que veio da Secretaria da Fazenda.

Também os departamentos da área jurídica da Fazenda questionam a anterioridade, e sugerem não realizar essa alteração da suspensão temporária do benefício em 2020, mas somente a partir de 2021.

Ressaltamos, sob esse aspecto, que o projeto de lei tem dois artigos distintos e, eventualmente, num embate jurídico não se perderia o projeto se for afetado com relação a isso.

Por fim, Vereadores, Presidente, participantes, eu, particularmente, me assustei com a resposta final do Sr. Secretário Philippe Vedolim Duchateau, contrária ao que traz os pareceres dos departamentos técnicos em que restituem ao presente, ressaltando pensamento contrário a essa pasta, quanto ao projeto de lei em questão.

Então me parece que de nada valeram as consultas às áreas técnicas, porque o Secretário teve uma posição diferente das que foram apresentadas pelas áreas técnicas, como bem formulou as respostas dos quesitos.

Enfim, a ideia, em resumo, é contar, inclusive, com a compreensão desse setor, setor que é importante para a Cidade, para o Estado e para o País, mas que reconhecidamente é um setor que goza, pelos seus méritos, de uma condição financeira muito favorável, visto antes dos demais setores da cidade de São Paulo. Eventualmente, sendo só uma coisa temporária, poderíamos ajudar a amenizar o sofrimento que será gerado nos cidadãos que moram aqui na Cidade.

Feitas as considerações, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Vereadora Soninha para conclusão.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Se o senhor me der licença, era melhor não ter lido a justificativa que, na verdade, faz a tradução daqueles dispositivos todos.

Está aqui na segunda página do texto da justificativa do projeto: artigo 1º suspende a cobrança de 2% e restitui para 5% a alíquota referente aos seguintes subitens de serviços: arrendamento mercantil, ou *leasing*, de quaisquer bens, inclusive, cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato e demais serviços relacionados ao *leasing*. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. Artigo 2º suspende ou restitui temporariamente de 2 para 5% a alíquota de serviços relacionados à administração de cartão de crédito e débito de congêneres. Artigo 3º mantém a alíquota de 2% para cartão salário. Artigo 4º suspende de 2%, restitui 5%, a alíquota de serviços relacionados às atividades desenvolvidas pela BM&F Bovespa. Artigo 6º determina a volta da situação atual de alíquotas a partir de 1º de janeiro de 2022. Artigo 7º suspende o desconto de 2% e estabelece o valor de 4% alíquota de serviços relacionados a atividades desenvolvidas pela Bovespa e BM&F.

Assim dá para entender melhor do que 15,09, 15,14 e assim por diante.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Vereadora Soninha.

Passo a palavra ao representante da Secretaria da Fazenda, o auditor Marcelo Tannuri de Oliveira.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Saudações aos nobres Vereadores. Começo informando que, inicialmente, entendemos extremamente meritório o projeto de lei que ora se apresenta, inclusive, na análise do expediente interno que o projeto de lei de V.Exas. gerou, existem sim manifestações que não contraindicam o projeto. Confesso que eu mesmo, num primeiro momento, fui pessoalmente favorável. Mas depois de várias discussões fomos percebendo alguns pontos. Sou obrigado a listar algumas questões técnicas e econômicas que se relacionam com esse projeto de lei.

Como primeiro ponto, os serviços tratados pelo projeto de lei, são serviços de altíssima

mobilidade que, historicamente, os bancos das duas uma, ou simulam que estão prestando fora de São Paulo ou realmente prestaram fora de São Paulo. Principalmente, num período de pandemia em que as pessoas passam a trabalhar em *home office*, inclusive, creio que estamos todos em nossas casas — aliás, nem na minha casa estou, mas na casa da minha mãe. Estamos todos vivendo num período de mobilidade exacerbada, por isso é muito fácil tirar esses serviços de São Paulo.

Os serviços que têm alíquota inferior a 5%, têm essa alíquota por um motivo muito claro, porque esses serviços podem facilmente ser prestados fora de São Paulo.

Percebo na discussão uma confusão de ordem técnica legislativa tributária que é a seguinte: o projeto trata as alíquotas inferiores a 5% como se elas fossem benefícios fiscais e não são.

A lei municipal é a lei competente para estabelecer as alíquotas. Ela respeita os limites máximo e mínimo estabelecidos na Lei Complementar 116. No entanto, na medida em que uma lei municipal estabeleceu uma alíquota de 2%, de 3%, é aquela alíquota. Não há um benefício fiscal em relação a 5%. Não existe. Isso não é isenção, não é redução de alíquota, isso é simplesmente uma alíquota estabelecida por lei municipal.

Esse projeto de lei majora alíquota. Em majorando alíquota seríamos obrigados a respeitar tanto o princípio da anterioridade comum, quanto o princípio da anterioridade nonagesimal. Ou seja, precisaríamos respeitar 90 dias e, concomitantemente, cobrar a partir de 1º de janeiro de 2021.

No estudo de impacto, se considerou impactos positivos de 290 milhões, para 2020; 410 milhões, para 2021.

Ocorre que, na prática, nós temos uma certa extensibilidade do que acontece no setor bancário, de fato, o que a gente espera com isso? A gente espera que, em 2020, nós não vamos poder cobrar, impossível cobrar porque a gente está majorando alíquota e, até 2021, esses bancos já transferiram as suas arrecadações para outros municípios.

A menos, é claro, que se combine com os russos, que se converse com a Febraban.

Mas me parece que o impacto positivo dessa medida não existe, muito pelo contrário, nós vamos, a médio prazo, perder renda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Há um problema na sua conexão. (Pausa) Voltou.

Pode continuar.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Eu como auditor fiscal e a Secretaria da Fazenda percebemos durante esse período de discussões que, no fundo, o que vai acabar acontecendo é que, em 2020, nós não seremos capazes de cobrar, por uma questão de anterioridade e, em 2021, esses serviços estarão, de fato, sendo prestados fora do Município de São Paulo. A médio prazo o que se espera é perda, não ganho de arrecadação.

Além disso, existe um argumento que o Secretário Philippe bem notou nessa manifestação que o Vereador Ricardo Nunes citou, que são os serviços de muita inelasticidade. O que significa isso? Primeiramente, os custos dos bancos são repassados automaticamente para os seus clientes e, ainda que não sejam repassados automaticamente, isso gera uma diferença concorrencial muito clara, muito imediata, na medida em que esses serviços, por exemplo, serviços... Eu os tenho aqui. Não estou achando, mas, enfim, temos serviços bancários que são de preços muito parecidos entre uma instituição e outra. Das duas, uma: ou o banco vai repassar ou ele vai ser transferido de São Paulo para não perder na questão concorrencial.

Enfim, parece-me que o que se entende dentro da Secretaria da Fazenda é que, embora em algum momento alguns de nós tenhamos considerado o projeto como salutar, não é o caminho de aumento de arrecadação. Embora identifiquemos e concordemos com o objetivo em si – de que os bancos realmente são uma ilha de rentabilidade, de que apenas eles conseguiram manter suas rentabilidades e seria muito bom que nós conseguíssemos tirar um pouco dessa rentabilidade para garantir os serviços públicos de qualidade –, parece-me que nós não teremos o efeito com esse projeto de lei. Parece-me que a consequência dele não é a consequência esperada.

Eu agradeço e me coloco à disposição para quaisquer perguntas e discussões a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Marcelo. Passo a palavra para o Sr. André Rebelo, representando a FIESP.

O SR. ANDRÉ REBELO – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente Antonio Donato. Bom dia aos Vereadores presentes: Soninha Francine, Ricardo Nunes, Janaína Lima e José Police Neto, que é o

Vereador convidado, em nome da comissão. Cumprimento os demais representantes da Prefeitura, da Febraban, da Bovespa. Meu antigo colega Aduino, um abraço, também! Agradeço o convite e a possibilidade de estar aqui com vocês.

Em primeiro lugar, é preciso entender que vivemos um momento excepcional. A atividade econômica caiu muito em função do isolamento, da não permissão de funcionamento de estabelecimentos comerciais e da necessidade da quarentena que estamos vivendo.

Eu usei um termo na audiência passada, que ficou mal colocado. Eu quero dar uma consertada. É claro que, quando a autoridade pública toma a decisão que eu chamei de política, foi uma decisão de política, não uma decisão puramente política. Então, há que se saber que uma decisão de política também tem consequências. Quando se optou por fazer o isolamento, também se optou, automaticamente, pois são coisas juntas, por uma redução da atividade econômica. Essa redução da atividade econômica traz consigo uma redução da arrecadação.

Agora, nessa história, está todo mundo correndo atrás de acomodar essa redução. Então, você tem trabalhadores que estão em *lay-off*, recebendo 30%, mais o complemento do seguro-desemprego. Temos trabalhadores em redução de jornada, que também estão se virando para pagar as suas contas. As empresas reduziram o faturamento e não conseguem reduzir os custos na mesma proporção. Também estão se virando, buscando recursos do jeito que dá, negociando com fornecedores, tomando empréstimo.

É preciso um comportamento semelhante do setor público em rever toda a estrutura de gastos. É claro que, neste momento de mudança radical da forma de se viver, identificamos na nossa casa, nas empresas e também no Poder Público, possibilidade de redução de gastos para acomodar esse momento delicado. Não podemos simplesmente passar a conta adiante com aumento de arrecadação. Precisamos lembrar que a carga tributária do Brasil já é muito elevada, quando comparada com países de desenvolvimento semelhante.

Vamos aos números. Países com renda em torno de 10 mil dólares, que é mais ou menos a nossa renda *per capita*, têm carga tributária de 18% a 22%. A nossa é de 33%. Já foi de 35%. Assim, não podemos a todo momento repassar para o contribuinte. Senão, o contribuinte foge da alta

tributação e foi isso o que o meu antecessor, o Marcelo, da Secretaria, apontou. Com relação a esse tipo de serviço, cuja arrecadação nós estamos pensando em aumentar, em primeiro lugar, ele consegue fugir. Ele consegue mudar o domicílio.

Em segundo lugar, o que é mais importante e não está sendo discutido é a incidência. Quem é que paga esse imposto, no final da conta? Em um segmento que é muito oligopolizado, como esses serviços financeiros, esses custos de tributação são repassados para custo e isso vai cair onde? Vai recair sobre os consumidores, esses mesmos que estamos querendo proteger, que são os contribuintes de São Paulo, e vai cair sobre o pequeno negócio, que se utiliza dos meios de pagamento, desses produtos financeiros cuja taxaçoão nós estamos querendo aumentar. Sem querer entrar na discussão se é redução de benefício ou não, em termos práticos, eu tenho uma alíquota que é 2% e vai passar temporariamente para outro valor. Então, eu vou subir. Eu vou majorar. Precisamos discutir quem é que vai pagar isso e eu acho que, na sua maior parte, vai recair sobre os pequenos estabelecimentos, que vão enfrentar custos maiores dessa transação financeira, e sobre os consumidores, pois parte disso vai ser repassada aos preços e parte vai ser consumida nas margens desses pequenos negócios.

Então, eu proponho um desafio melhor. Precisamos buscar eficiência nos programas que já temos. Precisamos reduzir custos e procurar compensar a queda de arrecadação devida à queda de atividade econômica, que foi trazida, por um lado, pela pandemia, pelo medo da pandemia e pela redução de atividade econômica associada ao distanciamento, à quarentena. A Prefeitura tem de ter um comportamento semelhante ao dos demais agentes da sociedade. Está todo mundo reduzindo margem, reduzindo gastos, procurando cortar coisas que são dispensáveis, e é isso o que esperamos do Poder Público, que é financiado com os nossos recursos. A sociedade está mais pobre, em geral, tem menos recursos, a atividade caiu, o salário caiu, a venda das empresas, em geral, caiu.

O IBGE divulgou ontem os dados da indústria, houve uma queda de 18,9%, que acumulado com o mês anterior, dá uma queda de 30%. As empresas industriais estão se virando para ver como é que se paga folhas de pagamento inteiras, parte dos trabalhadores foram para o desemprego e outra parte estão em redução de renda. Então o Poder Público também tem que viver com menos recursos.

Então está na hora de ajustar os gastos, como toda sociedade está fazendo. Como é que se ajusta essa redução da atividade? E mesmo os bancos também estão com redução de atividade e certamente vão ter aumento de custos com a inadimplência, etc...

Então o meu comentário vai no sentido de que precisamos olhar não quem é que está arrecadando esse imposto, mas a incidência, e numa primeira vista a incidência desse imposto recai mais sobre o consumidor e sobre o pequeno negócio, que tem menos força para repassar esse aumento de custo para o preço e vai perder mais.

Em segundo lugar, por que está faltando dinheiro? Porque a atividade caiu. Todo mundo, a maioria dos negócios, a maioria dos trabalhadores, a maioria dos profissionais liberais, os autônomos, sofreram ou pequena perda ou perdas muito grandes. E a Prefeitura Municipal de São Paulo também está sofrendo com isso. E todo mundo está se adequando como? Revendo sua estrutura de gastos, cortando temporariamente gastos que podem ser cortados para se acomodar a essa situação que foi gerada por uma pandemia. A cada escolha, uma renúncia. Quando escolhemos nos acomodar dessa forma, automaticamente estava implícito que no pacote disso vem menos recursos para a Prefeitura.

Então é hora de fazer como as pessoas, as famílias, as empresas estão fazendo: rever estrutura de gastos e cortar ou adiar gastos que são passíveis de serem cortados ou adiados neste momento para acomodar essa perda de receita. Certo? Essa é contribuição da FIESP.

Agradeço a atenção de todos. Agradeço o convite e continuo à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, André. Vou mudar um pouco a ordem das falas, atendendo um apelo da nobre Vereadora Janaína Lima, já que precisa se ausentar às 11h00. Então vou conceder alguns minutos para que ela possa falar agora e depois a gente segue com a fala dos convidados.

Com a palavra a Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Presidente Donato pela oportunidade de falar. Eu agradeço os dois oradores que me antecederam, o Marcelo e André, deixaram para mim por poucos argumentos no sentido de me posicionar contrariamente ao projeto, apesar de entender nobre a intenção desta Comissão, principalmente, o trabalho sério de todos os Srs. Vereadores. Mas entendo,

assim como o André colocou muito bem, que é o momento em que a gente pede a reflexão do Poder Executivo para que a gente reduza os gastos e não aumente esse peso do Estado no bolso do contribuinte. A gente precisa lembrar do efeito cascata que essa medida tem potencial de alcançar sobrecarregando ainda mais os pequenos e microempreendedores aqui da cidade São Paulo, bem como aqueles empreendedores e aquelas pessoas que estão lá e que vão arcar com esse custo por meio de taxa bancária. Isso a gente tem que evitar.

E por isso gostaria de gerar essa reflexão por parte de todos esses membros da Comissão de Finanças para que a gente, ao invés de discutir a retirada desse benefício fiscal do setor financeiro, para que a gente possa discutir uma reforma administrativa profunda em todo o Poder Executivo, Legislativo, para que a gente possa, então, fazer com que o Estado pese ainda menos no bolso do cidadão.

Muito obrigada. São breves as palavras e eu agradeço imensamente pela oportunidade de participar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereadora Janaína Lima.

Com a palavra, agora, o representante da Febraban, Sr. Adauto Duarte. Por favor.

Eu não estou controlando o tempo, mas peço um pouquinho de bom senso, por volta de cinco minutos para que a gente consiga cumprir com a nossa meta de acabar até o meio-dia.

O SR. ADAUTO DUARTE – Bom dia. A Febraban gostaria de cumprimentar o Presidente, Vereador Antonio Donato, que está presidindo esta sessão, toda a Comissão, toda a Câmara, todas as Sras. e os Srs. Vereadores presentes, entidades, FIESP, e associações presentes. Primeiro cumprimentar a Câmara Municipal pelo trabalho sério, que está fazendo, de rever todos os pontos que envolvem essa pandemia que se abate sobre o mundo, sobre o Brasil e sobre a cidade de São Paulo.

A Câmara tem trabalhado em muitas frentes de trabalho, uma delas atuando diretamente no aspecto da Saúde, e em outra frente, a Câmara está trabalhando já em estudos sobre uma possível retomada com saúde, quando ela vier a ocorrer, ou seja, com planejamento, uma preparação para que a saúde seja protegida. E outra frente já começando a fazer discussões como esta, qual é o novo “novo mundo” do ponto de vista econômico.

Isso realmente é uma forma muito correta de se enfrentar os temas...

- Falha técnica na transmissão do áudio. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Problemas na sua conexão. Voltou.

O SR. ADAUTO DUARTE – Presidente, conseguiu ouvir o cumprimento? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Sim. Foi uma pequena falha agora. Já voltou.

O SR. ADAUTO DUARTE – Continuando. Então, cumprimentando a Câmara por trabalhar em todas essas frentes. Na frente de Saúde, que é a proteção da saúde, a gente percebe a Câmara, todos os dias, se dedicando ao tema da saúde das famílias, das pessoas. Outro tema que é o planejamento do retorno com muito respeito, com muita responsabilidade, para quando ele vier a ocorrer, estar bem planejado, e essa frente de começar a discutir sobre o novo mundo econômico pós, no início da reabertura, quer seja do ponto de vista de atividade econômica, quer seja do ponto de vista para as famílias também.

Nessas audiências, que já são várias, queria deixar a primeira sugestão. Nós ouvimos hoje várias vezes o relatório, e a gente cumprimenta o relator Ricardo por estar levantando esse tema para a sociedade. Nós ouvimos aqui o posicionamento quanto ao ofício, e gostaríamos de solicitar se é possível colocar esse ofício à disposição para que todos possam conhecer, debater e a gente aprofundar nesse debate.

Segundo, nós vimos que esse parecer mostra que tem riscos. O Dr. Marcelo também apresentou risco de que nesse período até dezembro de anterioridade havia uma migração das atividades de todos os locais, afinal de contas, como está tudo na nuvem, é uma mudança muito simples e aí falou-se muito de risco e vale a pena escutar o setor de *fintechs*, por exemplo. Por que não chamar as *fintechs*, discutir, porque elas escolheram São Paulo enquanto as concorrentes escolheram outras regiões e o que vai significar para essas *fintechs* um aumento de 150% nos tributos, ainda que por um ano. Elas conseguem, no setor que tem uma margem tão apertada, ficar na Cidade, já que muitas delas já estão localizados em outras regiões do país. Ou o seu sistema de números já são

controlados por mecanismos, por centros de processamento de dados, que já estão fora da Cidade? Será que eles vão continuar na Cidade ou não? É importante que se escute isso.

Por que é que eu estou dizendo isso? Porque esse aqui não é um projeto de lei dos bancos, esse é um projeto de lei que trata de um tributo que incide sobre as maquininhas que quem, ao final das contas tem esse tributo em mãos, é aquele portador da maquininha, que vai oferecer a maquininha para um cidadão, ou vai passar para o preço, ou, para não passar isso para o cidadão, ele vai ter que incorporar, vai ter de oferecer outra maquininha para pessoa passar o cartão.

Então seria interessante, deixando as duas sugestões, Presidente, seria realmente abrir esse ofício. Segundo, chamar, explorar mais, o que foi comentado pelo Vereador Ricardo Nunes sobre as questões dos riscos: risco moderado, risco alto, então qual o risco para *fintechs*? Qual o risco para cada empresa envolvida nisso? Quem serão essas empresas que são as donas, as proprietárias das maquininhas que distribuem, qual é a situação delas? Então, nós não falamos de banco, mas falamos desse outro tipo de mercado. Nós falamos da rede de varejo, por exemplo, Cartão Pernambucanas, falamos das maquininhas que ficam nas mãos das pessoas que estão no comércio, e, analisando alguns dados que foram comentados aqui na última reunião e hoje, houve sim, desde que houve a mudança do tributo, passou para 2% para não perderem empresas que estavam na cidade de São Paulo e tentar trazer empresas de volta para São Paulo, de lá para cá houve uma redução de 21. 2%. É um dado que eu estou lendo aqui do documento da ABECS, e eles podem falar melhor sobre isso. Então tem uma redução sim, também dados deles. A gente percebe que isso aqui afetaria diretamente o preço dos produtos no comércio varejista, automotivo, turismo, entretenimento, ou de serviços de profissionais liberais, todos profissionais liberais: varejo, alimentício, de comércio atacadista e varejista, indústria, serviços básicos.

Enfim, o que nós estamos vendo é que estamos nos preparando para uma retomada da economia e, neste momento de retomada, qualquer tipo de modificação no preço do produto, porque quem repassa não é o banco, quem repassa não é a credenciadora, quem repassa é o dono da maquininha. É ele que fala para pessoa: “Tenho aqui duas maquininhas, qual que você quer? Essa é um pouco mais barata, porque essa empresa está fora de São Paulo, e essa outra empresa está em

São Paulo.” Ele não vai dizer isso, mas vai oferecer somente a maquininha que tem o preço naturalmente que dá o menor custo para aquele comerciante. Na retomada a gente estaria enfrentando o consumidor, por que o consumidor vai pagar mais caro ou não vai pagar mais caro? Seguramente o consumidor, possivelmente muitos consumidores não terão sequer o dinheiro para fazer o pagamento, porque a crise é muito grande, e aqueles que tiverem precisam guardar para ajudar familiares.

Segundo, e o comerciante? Ele começa a abrir o comércio aos poucos, ele começa a receber os primeiros clientes e tudo que ele não pode é dar um susto no cliente com aumento de preços. Então, é importante para o comerciante não ser surpreendido nesse momento que ele se prepara, que ele tem esperança de abrir um negócio dele, abrir as portas e poder atender a população e usar a maquininha dele. Ele não imagina que pode abrir a porta e, na hora que ele liga a maquininha, ele pensa: “Poxa, eu tenho imposto a mais para pagar, posso repassar para o meu cliente ou não posso?” Ele hoje está preocupado em telefonar para o cliente e dizer: “Cliente, venha no meu comércio, não tenha medo, pode sair na rua.”

Porque nós não podemos esquecer que a população vive no mundo todo num pânico, com medo de sair na rua, mesmo com comércio aberto, nós estamos assistindo na Europa que os comércios estão se abrindo, mas as pessoas não estão saindo de casa, estão com medo. Então você vai precisar daquele comerciante, aquele que vende, que tem um salão de cabeleireiro, aquele que vende uma roupa vai querer telefonar para o cliente que ele já conhece e dizer: “Por favor, venha.” E ele pode dizer: “Eu não estou podendo sair de casa, estou com medo.”

Então, nós temos que ajudar para que as pessoas saiam de casa, que as pessoas vão... naquele momento em que a saúde permitir, naquele momento em que a Câmara Municipal, que a Prefeitura entenderem aquele que melhor protege a comunidade. Esse momento vai chegar um dia e, nesse momento, vai chegar seguramente planejado, deliberado pela Câmara, juntamente com a Prefeitura, nós temos de não dar uma surpresa negativa dizendo que agora vai ficar mais caro, no momento que todo mundo espera que fique mais barato.

Para cidade de São Paulo é um risco, numa Cidade que precisa manter a sua arrecadação para cobrir todo os seus serviços, pensar numa possibilidade de um risco, como nós vimos comentários,

a gente não conhece o ofício, risco alto, risco moderado de perder atividades, quer dizer perder arrecadação. Então, nós já vimos nas exposições técnicas anteriores que a conclusão que nós percebemos em todas as apresentações é que não existe a possibilidade desse aumento de tributos gerar aumento de receita para o Município e para Cidade. Dois, existe uma possibilidade de reduzir a receita, porque pode haver uma saída, e falar de respeito ao princípio da anterioridade até 31 de dezembro quer dizer 3, 4, 6, 8 meses para que as empresas possam sair. E sair é um conceito muito simples, porque tudo está na nuvem, e nós não estamos falando novamente de bancos, porque esse PL não trata de bancos, trata das maquininhas, tratam daquele lojista que tem essa maquininha nas mãos.

Por fim, a gente gostaria de reativar aqui, reforçar o cumprimento a todos por estarem atentos a questão da saúde, a questão da reabertura, e sugerimos, Presidente, que, além de falar com os outros setores, cada empresa que trabalha com as *fintechs*, esse é o novo mercado. Esse mercado já foi muito concentrado, hoje você tem várias empresas que emitem cartões. Então é um mercado que abriu muito. É o momento de trabalhar para concentrar? É o momento de trabalhar para mandar para outro Estado? São temas que podem ser discutidos em reuniões subsequentes, mas, mais importante que isso, ficou claro aqui que esse aumento de tributo, como todas as áreas técnicas demonstraram, esse aumento de tributo de 150%, com certeza, vai gerar uma queda na arrecadação do município e trazer um risco para o cidadão e dificultar a vida do pequeno comerciante, que vai ter que passar para o preço e perder o cliente, ou vai apresentar uma maquininha de uma operadora de alguém que está em outro estado.

Nós acreditamos que o melhor aqui é abrir as discussões, continuar discutindo outras saídas para o Município, outras saídas para que a gente planeje a nova atividade econômica, o novo da atividade econômica, em paralelo a todo esforço que a Prefeitura vem fazendo, todos os Vereadores e Vereadoras estão fazendo na parte de saúde e outros temas, mas estamos bastante satisfeitos pelo fato de poder participar desse debate. Estamos convencidos de que o debate nos levou à conclusão de que temos de abrir outra frente de diálogo, porque esta pode trazer um prejuízo muito grande para o pequeno comerciante, para o consumidor, e prejudicar a tão esperada retomada da atividade econômica, quando for possível fazê-lo com saúde para todos. Naturalmente respeitaremos todos os

indicativos de saúde e dos representantes da população como os nobres Vereadores.

Agradecemos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Adauto. Com a palavra, Sr. Ricardo Vieira, que representa a ABECS, Associação Brasileira das Empresas de Cartões e Serviços.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom dia.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – O senhor está ouvindo? Não vou colocar imagem porque ela está de cabeça para baixo aqui, não sei explicar o porquê. Então, é melhor sem imagem.

Agradeço ao Sr. Presidente e aos Vereadores pelo convite e pela oportunidade de estar aqui. Vou rapidamente contextualizar, não pretendo gastar aos 10 minutos generosamente oferecidos. A ABECS, Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços, representa mais ou menos 96% de toda a indústria de meios de pagamento eletrônico do País. É uma associação fundada há mais de 45 anos, tem mais de 90 associados, dentre eles os grandes emissores, as grandes credenciadoras, as grandes bandeiras, mas uma maioria de um universo de pequenas e médias empresas, que começaram a participar desse mercado desde que ele foi regulado por lei federal em 2013, ocasião em que o Banco Central assumiu a supervisão dessa indústria.

Não vou cansá-los com explicações muito detalhadas dessa indústria, os senhores conhecem e estudam esse tema. Vou dizer que a ABECS concorda com a análise feita pelo Marcelo, representando a Secretaria da Fazenda, pelo Sr. André, representando a FIESP, e concorda com diversos outros comentários que foram colocados. A indústria é sensível, entendemos a preocupação meritória do projeto. A indústria é sensível ao que está acontecendo, e tanto é sensível que vem adotando uma série de medidas para diminuir, dentro das suas possibilidades, esses impactos. Estamos falando que, dentro desse período de quarentena dessa pandemia lamentável, reduzimos diversas tarifas. Foram espalhadas maquininhas extras sem custos, principalmente por conta dessas empresas de *delivery*. Foi feito um esforço muito grande para aperfeiçoar e aumentar a capacidade de *e-commerce* para que as transações não presentes pudessem continuar ou crescer. Também se investiu fortemente na prorrogação de prazos de vencimento de inúmeras operações feitas com

estabelecimentos comerciais.

Para os senhores terem uma ideia dos números, estamos falando que no Brasil essa indústria atende mais de 12 milhões de estabelecimentos comerciais. Ela é de uma capilaridade incrível, está presente em todos os municípios do País; e em São Paulo, capital, que representa o pesado do PIB, ela também se faz importante nesse segmento.

Esse segmento já foi fechado. Uma lei, que eu comentei, de 2013, permitiu um aumento da competição de uma forma assustadora. Se tínhamos 2 credenciadoras com 95% do mercado, hoje as credenciadoras autorizadas pelo Banco Central já são mais de 20. Subcredenciadoras ligam-se a essas credenciadoras, tem-se notícia de mais 300! Então, nós estamos falando de um universo imenso de novas credenciadoras – muitas dessas, *fintechs* -, todas às voltas com o mesmo problema: buscar se manter competitiva no mercado com a queda da atividade econômica. Todas estão reduzindo custos. Muitas estão colocando seus funcionários também em suspensão de contrato, reduzindo salários. Temos notícias na mídia de algumas que, infelizmente, estão reduzindo seus quadros, e tudo para tentar se adequar a um novo cenário.

Recentemente, fizemos uma coletiva com os primeiros dados do mês de março. No Brasil como um todo, só no mês de março, houve uma redução do volume transacionado com cartão de crédito da ordem de 20 bilhões de reais, e vejam que estamos nos referindo a duas semanas do mês de março! Já houve uma queda de volume transacionado. Isso não é receita, é volume de transações realizadas de 20 bilhões de reais. O impacto das medidas da quarentena é inevitável na atividade econômica, e todos os segmentos, inclusive o segmento da indústria de meios de pagamento – mais conhecido como cartão de crédito e débito –, são também impactados. Os custos são mantidos, e as receitas caem.

Sobre essa redução que foi comentada, concordamos com a Secretaria da Fazenda em que não existe benefício fiscal para a indústria. Assim como a alíquota de 2% na cidade de São Paulo, existe essa alíquota de 2% em “n” outros municípios brasileiros. Então, a gente não acredita que seja benefício fiscal: é uma alíquota definida dentro da lei. Essa alíquota permitiu a algumas empresas migrarem de outros municípios para São Paulo. Temos um dado, com base em informações do Banco

Central do Brasil: a taxa que essas credenciadoras, que as empresas donas das maquininhas cobram dos estabelecimentos comerciais caiu 9% no último ano de 2018 para 2019. E o dado não é da ABECS, é fonte Banco Central do Brasil. Só no último ano caiu 9% o preço cobrado nas maquininhas, que é a taxa que ela cobra. Diferentemente dos Estados Unidos, que cobram tarifas diversas, no Brasil a taxa cobrada dos estabelecimentos comerciais é única, e caiu 9% no último ano. Se olharmos nos últimos 10 anos, essa taxa caiu 29%. Isso é resultado de custos menores e de uma grande concorrência, da entrada de inúmeras pequenas e médias empresas nesse segmento. Essa competição foi provocada por custos menores e maior número de *players* no mercado. Isso é importante.

Darei outra informação a vocês. Só no mês de março a inadimplência da indústria de meios de pagamentos aumentou 20%. Houve um acréscimo de 20% na inadimplência. Todas essas variáveis de custos são determinantes para definição do preço final. Como foi muito bem colocado, o preço é repassado, infelizmente, para o estabelecimento comercial, que vai ter que repassá-lo, não tem muita solução, para o consumidor, que, no final, é quem vai pagar a conta.

Duas últimas reflexões para os senhores. Nem todas as empresas estão sediadas no município de São Paulo, e nós vamos criar uma assimetria competitiva. As empresas sediadas em São Paulo terão custos maiores para oferecer o mesmo serviço que empresas sediadas em outros municípios, inclusive municípios bem pertinho de São Paulo. Isso vai gerar uma assimetria concorrencial e pode induzir à migração de empresas. Não estamos defendendo, é apenas uma análise teórica do assunto. Então, por tudo o que foi colocado, penso que neste momento deveríamos buscar elementos que permitissem um reequilíbrio, um direcionamento de recursos para as áreas prioritárias, como esse projeto preconiza, de outras fontes, com redução de outras despesas.

Uma última observação – e me perdoem tomar muito tempo -: existe (falas simultâneas) o início de uma votação no Supremo Tribunal Federal sobre um projeto que regula o ISS no País inteiro, que tem uma liminar concedida sobre uma ação direta de inconstitucionalidade. No julgamento dessa lei, a 157, eles vão definir inclusive sobre a mudança: se a incidência desse imposto deixa de ser na sede das empresas e passa a ser onde está o estabelecimento comercial.

Então, é só para refletir sobre a oportunidade e a questão da anterioridade. Perdoe-me por

ter invadido muito o tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Ricardo Vieira.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, só para não perder o raciocínio, será que o Sr. Ricardo poderia nos informar se, quando foi reduzido 5% para 2%, ou seja, uma redução de cem por cento em 2017, esse desconto foi repassado para o consumidor final ou se isso está sendo só agora, quando se pretende suspender temporariamente esse benefício.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Vereador, desculpe-me a falta de clareza. No site do Banco Central, há uma comparação do dia 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2019, uma redução de 9% a taxa cobrada aos estabelecimentos comerciais nesse período; houve uma queda efetiva de 9%. Em dez anos, o percentual foi de 29%, mas, só nesse período que acabei de falar para V.Exa., a queda foi de 9%, uma queda efetiva de 9%. O imposto é um percentual do custo, não é o custo total.

Isso deve ter-lhe respondido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Claudio Guimarães.

O SR. CLAUDIO GUIMARÃES – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Bom dia.

O SR. CLAUDIO GUIMARÃES – Cumprimento todos e agradeço a oportunidade. A ABBC é a Associação Brasileira de Bancos, que existe há 37 anos e tem 90 instituições financeiras associadas. Eu digo com muito orgulho que, dentre as associações do mercado financeiro, ela apresenta uma pluralidade, uma diversidade muito grande, porque temos, em linha com a segmentação do Banco Central, bancos S2, que são bancos de maior porte, S3, S4, IPs, s e SCDs, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito, além das financeiras. Nós englobamos todo o estrato que atua no mercado financeiro nacional, e a participação do Município de São Paulo dentro dos nossos associados é substancial.

Não quero ser repetitivo, faço minhas as palavras apresentadas pelo Ricardo, da ABECS. Nós temos, com a ABECS e com a Febraban, do Adauto, uma zona de interseção, ou seja, temos associados em comum. Não vou ressaltar todos os pontos já apresentados por eles, mas ressalto a

importância dessa diversidade, bem abordada pelo Ricardo Vieira, pois o impacto é assimétrico sobre as instituições. Nós estamos vendo um esforço hercúleo do Banco Central de prover liquidez para o nosso mercado, de fazer o crédito chegar nas pontas, de fazer a nossa indústria e o nosso comércio sobreviverem. A ABBC está participando diuturnamente de todas essas medidas e, pela experiência que observamos do mundo, em nenhuma parte do mundo a solução passou por aumento de impostos. Por isso, é fundamental que se busque redução de custos.

Eu faço uma menção às palavras do representante da Fazenda de São Paulo e dou eco a elas: não aconteceu esse aumento de imposto no mundo inteiro. Temos mesmo é que passar por esse aumento da efetividade, redução de gastos. A competição no Brasil vem aumentando; o exemplo que o Ricardo deu é fundamental: antes tínhamos dois players, hoje temos 20. Toda crise é indutora de concentração. Já que se fala tanto em concentração do mercado financeiro, que os senhores, então, reflitam sobre esses impactos assimétricos e os riscos que sofreremos com essas elevações, de nós matarmos as Fintechs e as IPs que estão surgindo e aumentando a competição no Brasil.

O grande beneficiário da competição no Brasil somos nós, os consumidores, os cidadãos deste país. Então, qualquer aumento agora que impacte assimetricamente vai recair em nós, no cidadão, e afetará tremendamente essas *fintechs* e empresas tecnológicas que estão vindo aí para aumentar a competição. Em tempos de Open Banking, de pagamentos instantâneos, com o salto quântico que o Brasil vai dar nos próximos dois anos com um esforço enorme do Banco Central do Brasil para modernizar o nosso mercado, qualquer medida mal dimensionada poderá impactar de maneira inversa essas medidas.

Eram essas as observações, e agradeço a oportunidade de poder compartilhar com os senhores esse diagnóstico que vimos acompanhando no dia a dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Claudio.

Gostaria de saber se existe mais algum convidado na sala que queira fazer uso da palavra. Caso contrário, vou passá-la aos Vereadores e aos dois munícipes inscritos que fazemos muita questão de ouvir. (Pausa)

Gostaria agora de ouvir o Vereador José Police Neto, que já fez inscrição há bastante tempo. Em seguida, passarei a palavra aos munícipes inscritos: Fabrício Puliafico Artur e Francisco de Assis Mine Ribeiro Paiva.

Tem a palavra V.Exa., Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, tão logo eu tive notícia do projeto, fiz questão de me aproximar da tese apresentada e discuti-la com a minha equipe e com setores da economia com quem mantenho um grau de relacionamento, em especial pela jornada que eu sempre cumpro na Câmara, de uma proximidade muito grande com os setores de tecnologia, e o que ficou claro para mim é que a fórmula pela qual o projeto foi apresentado gerava riscos, que foram amplamente aqui anunciados pelo Vieira, pelo Guimarães e por diversos setores que vieram dialogar conosco. Isso não tira nem o mérito nem a necessidade de uma ação da Câmara Municipal.

Quero fazer esta brevíssima reflexão: se, de fato, a redução da alíquota, seja em 2011, seja em 2017, fez parte de uma política fiscal para trazer para o Município de São Paulo ou manter aqui atividades econômicas importantes, este é o momento também para buscarmos outras formas de mantê-las ou trazer outras, gerando-se emprego, gerando-se riqueza numa cidade que vai sofrer mais do que muitas outras. Todos os estudos mundiais e a divulgação hoje no Estadão por parte dos estudos do Fundo Monetário Internacional indicam que as grandes cidades serão as mais abaladas, muito mais do que quaisquer cidades vizinhas da região metropolitana de São Paulo, que têm a mesma alíquota de 2% para esses setores, sem tirar muito menos o abalo que sentiremos em São Paulo.

Por isso, acredito que a reunião do dia de hoje, esta audiência pública nos permite refletir como concentrar, na cidade de São Paulo, essa política fiscal que reduziu de 5% para 2% o ISS para esses setores. Como é possível construir uma conta gráfica que anuncia que só terá o benefício dessa alíquota reduzida em 2011 ou 2017 para 2%? A instituição financeira quer abrir linhas de crédito para manutenção e geração de emprego na cidade de São Paulo. Aqui eu respondo ao Vieira, ao Guimarães naquilo que é importante para a nossa Cidade, dentro da nossa política fiscal. Então, considero que a Comissão pode, com auxílio dessas importantes associações, federação da indústria, encontrar qual a equação. Muitas vezes a gente diz o seguinte: Você tem duas fórmulas de gerar economia no

Município, uma é abastecer os cofres públicos de recurso e o Município ser o promotor via frentes de trabalho, via acionamentos em setores importantes da economia, abrindo obras em setores que a Cidade ainda não se desenvolveu; e a outra, é ter de ofertar recursos na Cidade que a diferença de outras.

Então, talvez tenha chegado o momento de termos uma política fiscal que de fato reconheça aquele que para fazer jus a essa diferença apontada pelo projeto - que lá em 2011 para um setor você reduziu de cinco para dois e para outro manteve em cinco - que de fato este setor pode, neste momento, fazer a diferença não recolhendo mais impostos e sim atuando mais na cidade de São Paulo.

O setor financeiro pode oferecer linhas de crédito diferenciadas para aqueles vão manter o emprego ou gerar emprego na cidade de São Paulo nos próximos 18 meses, nos próximos 24 meses, dando resposta inclusive para a indústria, para o comércio, para o pequeno comércio, o pequeno varejista. Aqui estamos diante de um desafio colocado pela pandemia. Nada fazer significa a morte de muitos.

Quero concentrar essa possibilidade de recurso na cidade de São Paulo porque é a cidade que fui eleito para ser Vereador. Portanto, se temos uma oportunidade de buscar essa diferença de 5% que a legislação permite tributar para os 2% que estão sendo cobrados hoje e essa diferença a conta gráfica anuncia que durante 18 meses, 24 meses, 60 meses tem de ser exclusivamente para programas de investimento geradores de emprego na cidade de São Paulo, eu faço a cadeia produtiva inteira ser fortalecida, com legislação própria, responsável. Não quero um centavo a mais no cofre da Prefeitura porque eu quero a geração de renda na sociedade, de riqueza na sociedade para aí sim abastecer o cofre público. Quero primeiro esse dinheiro chegando na mão do trabalhador, no consumo. Ai, sim, a Cidade ganha.

Então, o esforço que queria fazer com vocês, já que estamos com um seletor grupo, é se a cidade de São Paulo de fato representa tanto para tantos, por que neste momento não criar os elementos fundamentais para que essa desigualdade que se mostrou na cidade de São Paulo, é na cidade de São Paulo que se ecoa para o mundo inteiro a cracolândia, as pessoas morrendo na cracolândia por falta de tudo no período de pandemia? Se isso é uma verdade, sem dúvida, para fazer

com todos aqueles, em especial esses que tiveram uma diferenciação tributária reconheçam essa desigualdade que a Cidade tem e passem a investir neste período mais aqui e aí você põe um condicionante a esta variação que a legislação permite que estamos dizendo que não é um benefício fiscal, mas uma política fiscal. Se é uma política fiscal que determinou que este setor merece 2%, eu vou condicionar neste período de pandemia a investir mais aqui e não em outros cantos porque foi aqui que se deu o benefício neste período.

Estou tentando fazer com que a nossa reunião seja mais do que dizer: Vamos manter a alíquota como está porque está tudo bem, tudo bacana, a gente pode manter 2% e em algum momento alguma coisa muda. Então, estou tentando apresentar algo que aproveita esse esforço legislativo da Comissão e que foi verdadeiro, que aproveita muito mais as contribuições que foram dadas por diversas associações que reconhecem que a cidade de São Paulo tem hoje um papel protagonista junto às *fintechs*, e todos sabemos disso, mas imagine só se o setor financeiro observar que a cidade de São Paulo que parte dos recursos que ele deixa de contribuir na Cidade porque teve a redução de cinco para dois, ele está condicionado a reinvestir aqui, sem dúvida nenhuma são novos negócios que vão surgir.

Então, estou trazendo um elemento novo para, feita a leitura dos riscos apresentados pela Secretaria da Fazenda do Município, trazendo a leitura do ambiente da arquitetura de negócio que a Cidade já apresentou, este momento de que muito disso está na nuvem, mas a pobreza na cidade de São Paulo não está na nuvem, e portanto, precisamos apresentar soluções inteligentes que façam com que a Cidade caminhe para a redução dessas desigualdades, a gente fazer com que este volume de recurso que eu não quero enquanto tributo, mas eu quero na cidade de São Paulo. E aí, encontrar essa equação que faz com que essa variação tributária decidida pela política fiscal de cinco para dois esteja condicionada a investimentos por esses setores na cidade de São Paulo, seja na abertura de linha de crédito, seja na abertura de cartões específicos para consumo na cidade de São Paulo. Se temos cartão de consumo da Pernambucanas, cartão de consumo da OAB, qual o problema de ter um cartão de consumo para aquele que produz, que gera emprego e vai manter o emprego porque está indo buscar essas linhas de crédito. Então, terá essas linhas de meio de pagamento.

Quero me colocar à disposição para refletir junto com os setores que estão na nossa audiência com a Comissão porque não devemos perder a oportunidade de trazer dinheiro para os setores produtivos da cidade de São Paulo. Se existe risco para trazer esse dinheiro para a autoridade pública em forma de impostos, tenho certeza de que nenhum de vocês é contra trazer esse dinheiro para aquele que vai manter o emprego ou gerar mais emprego na cidade de São Paulo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Vereador José Police Neto.

Gostaria de chamar o primeiro munícipe inscrito que é o Sr. Fabrício Puliafico Artur. Não sei se ele já teve acesso a nossa sala.

A SRA. MÁRCIA HOSI - Sr. Presidente, estamos ligando para ele desde o começo da audiência. Eu consegui falar com ele agora. Ele me disse que ele gostaria só de assistir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Está ótimo, então. O nosso segundo inscrito é o Sr. Francisco de Assis Mine Ribeiro Paiva, que está na nossa sala.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MINE RIBEIRO PAIVA - Excelentíssimos Srs. Vereadores, é um grande prazer poder fazer parte desta digna Comissão de Finanças cujo tema é de interesse para todos os munícipes e de absoluta relevância a todos.

Várias falas foram apresentadas, várias pessoas e peritos foram ouvidos e tudo de muita relevância. Gostaria de ratificar uma preocupação, como município, no que diz respeito a mudanças de regras em um momento tão tumultuado como o que estamos vivendo agora, ou seja, onde os empresários estão com dificuldades em reabrir os seus comércios, a atividade econômica estar em decréscimo e nós temos dificuldades relacionadas a isso que afetam a arrecadação e por essa razão a iniciativa dos Senhores no tocante a tentativa de encontrar soluções para o Município, que vejo com grande relevância a contar com o presságio de situações piores que teremos pela frente.

No que se refere ao projeto apresentado, vejo também com preocupação essas mudanças de regras afetando diretamente todas essas iniciativas empresariais e não no que diz respeito apenas a situações envolvendo as instituições financeiras, que nós sabemos que em tais situações acabam sendo repassadas aos munícipes.

Então, tenho para mim que talvez o momento não seja oportuno ainda para que se pense em uma modificação desse porte, subtraindo alguns benefícios que foram gestados com muito planejamento e que, por conta dessa situação, incentivaram diversos negócios para a Cidade. Pelo contrário, eu temo que se, diante de uma iniciativa que, se de um lado é bem vista porque traz dinheiro para os cofres públicos, de outro lado pode resultar em um impacto financeiro inverso, resultando, inclusive, em perda de arrecadação e fuga de empresas, cujo momento, agora, poderia resultar em mais desemprego.

Então, são essas as minhas colocações, tentando que com isso possa esclarecer os Srs. Vereadores para um melhor entendimento sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Muito obrigado, Sr. Francisco.

Está presente na sala o nosso primeiro inscrito, que ingressou agora. Quero saber se ele quer fazer uso da palavra, Sr. Fabrício Artur.

O SR. FABRÍCIO PULIAFICO ARTUR – Posso deixar para fazer a pergunta daqui a pouco?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pode.

Então, eu vou pedir para a Vereadora Soninha Francine, que está inscrita, fazer uso da palavra e, depois, eu passo para você. Pode ser?

O SR. FABRÍCIO PULIAFICO ARTUR – Pode ser. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Vereadora Soninha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente.

Eu reconheço que a minha fala pode ser definida como lamúria. Comentários, aí, sobre algumas coisas que foram ditas, tanto nesta reunião como na anterior, sobre a carga pesada de tributos no Brasil comparada com outras nações em desenvolvimento, vamos usar esta nomenclatura.

Sim, temos uma carga pesada e altamente regressiva. Não é pesada da mesma forma para todos os contribuintes. Temos 27,5% de imposto de renda retido na fonte sobre salário. Quer dizer, não é sobre rendimentos, mas sobre a renda salário, e temos zero sobre dividendos. Então, o setor sempre reage. Até o Ministro Paulo Guedes chegou a dizer que instituiria tributação sobre lucros e dividendos, e os setores que se beneficiam de dividendos dizem que: “Imagina, não é justo. Já pagamos lá atrás e, aí,

quando tem o lucro, temos de pagar de novo?” Pobre do cidadão assalariado.

Além disso, como estamos falando aqui - do setor bancário, não apenas -, do setor financeiro e do setor bancário, sabemos que temos um *spread* também com destaque no mundo, imagino, quer dizer, a diferença entre como o banco remunera o investimento e o quanto ele cobra por um empréstimo. Temos o juro do cheque especial que é escandaloso. E, aí, quando falamos na mudança temporária da alíquota, aliás, a alíquota reduzida não é um benefício fiscal, é uma decisão. Ok. Mas quando falamos do aumento temporário, então que seja, dessa alíquota, o alerta que é feito é o seguinte: “Olha, não adianta. O custo, ou vai ser repassado para o consumidor - aquele pequeno comerciante que usa a maquininha lá na ponta -, ou ele vai repassar o custo para o consumidor ou ele vai reduzir as suas margens”. E, aí, também estamos falando do setor financeiro – o setor bancário especificamente -, que não admite reduzir as suas margens. E sabemos que são margens bastante generosas, são aqueles anúncios de lucros fabulosos. “Ok, podemos dizer, sim, dos cinco maiores. As outras instituições bancárias têm dificuldades, nem se compara”. Mas o fato é que esperamos que para não onerar o consumidor, o pequeno comerciante, lá da ponta, reduza as suas margens e não admite a possibilidade de o setor bancário reduzir as suas.

Então, como eu disse, é uma lamúria, é um comentário aqui, de uma Parlamentar e contribuinte e cliente do sistema bancário, enfim. E, aí, quando falamos do Poder Público, sobre buscar eficiências e reduzir gastos – repito o que eu já disse da última vez -, precisaríamos, de várias maneiras, reduzir gastos do Poder Público. Então, quando conseguimos reduzir alguns e temos alguma dificuldade nisso, temos as características do serviço público, a estabilidade, o regime de Previdência, enfim. Mas procuramos e devemos procurar sempre reduzir gastos. Mas, quando conseguimos reduzir gastos, não é porque vamos conseguir economizar dinheiro simplesmente, mas esse dinheiro vai ser necessário e já é necessário para uma porção de outros gastos ou de investimentos que precisam ser feitos. E, aí, o que nos resta? É realmente reduzir investimentos. Tiramos dinheiro lá dos fundos, dinheiro que seria utilizado para determinados fins específicos, autorizamos que esses fundos fossem transferidos para o Tesouro municipal e esses seriam recursos de investimento: investimento em saneamento básico, investimento em obras de drenagem, habitação, mobilidade. E justamente nesta

fase, o setor privado tem de reduzir as suas margens, tem de reduzir os seus gastos, e é nessa hora em que os gastos do Estado aumentam muito.

Então, dos nossos maiores gastos anuais é com o subsídio do sistema de ônibus. São bilhões de reais por ano. Como é que reduziríamos isso? Pode melhorar a eficiência do sistema de transporte? Olha, com certeza. Mas, em curto prazo, ou cortaríamos uma boa parte das gratuidades para idosos e para determinadas categorias, ou teríamos de cobrar uma tarifa muito maior, hoje, na catraca. É assim que reduzimos essa despesa muito significativa das contas municipais. E, neste momento da crise da quarentena, o sistema de ônibus teve 70% menos passageiros, ou seja, menos pagantes de tarifa, e uma redução, sei lá, de 16% na circulação de ônibus. Então, imaginem o desnível que isso causa na necessidade de aporte de recursos da Prefeitura.

Máscaras. A Secretaria de Saúde tinha um consumo de 250 mil máscaras por mês. Agora, são 500, 600 mil por semana. E a inadimplência do IPTU também aumentou. Quer dizer, a sociedade mais pobre precisa mais e mais de aportes de recursos do Estado. A Assistência Social distribuía 2.500 cestas por mês. Agora, a Prefeitura está distribuindo 200 mil.

Mas, falando de forma muito objetiva agora, eu sugiro, concretamente, que construamos algum tipo de termo de cooperação com a FIESP, com o setor financeiro para realmente trazer esse olhar de fora para as contas do Município e nos ajudar a apontar como é que poderemos aumentar a eficiência reduzindo gastos e reduzindo despesas. Porque fazemos isso em cada Secretaria, a cada Governo, esforços de redução, mas precisamos muito mais que isso. Precisamos de mais investimento em tecnologia, por exemplo. E, aí, vem investimento. Quer dizer, um dinheiro extra, além daquilo que usamos para pagar as despesas.

Então, de verdade, eu quero lançar essa ideia, esse convite para que constituamos, quem sabe, um grupo para olhar para a máquina pública, que é pesada, burocrática, burra às vezes. Mas como é que realmente conseguimos transformar isso dentro dos parâmetros bem diferentes do funcionamento da máquina pública.

Era isso. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereadora Soninha Francine.

Com a palavra, o Sr. Fabrício Puliafico Artur.

O SR. FABRICIO PULIAFICO ARTUR – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

Eu gostaria de falar dessa situação da Covid, da quarentena, que acho meio estranho as lojas não poderem abrir, as pessoas não poderem trabalhar, mas a gente vê nos bancos filas gigantescas de pessoas esperando para receber o auxílio emergencial. Ou seja, elas estão se aglomerando para poder receber ajuda do Governo, mas elas não podem trabalhar.

Outra coisa, os restaurantes precisam permanecer fechados. Só que a gente vê filas, aglomeração de pessoas, esperando para receber cestas básicas. Então, isso não faz muito sentido, na minha opinião.

Em relação à questão do ISS, de impostos, gente, vocês não estão vendo que as empresas estão falindo e ainda estão querendo aumentar a arrecadação, fazer mais investimentos no governo? Talvez seja o momento agora de fazer exatamente o contrário. As empresas estão falindo; e as que sobreviverem, talvez, possam sair da Cidade, do Estado, se os impostos continuarem muito altos. Por isso, a gente tem que conseguir segurar os empresários, as empresas, os microempreendedores, para eles continuarem vivos, sobrevivendo, e dessa forma recontratar ou manter os funcionários.

Vocês falam muito da questão de investimentos nisso ou naquilo, então por que não deixam o setor privado fazer isso? E sobre a redução de custos, por que o governo, a máquina pública, não reduz os salários, já que está todo mundo trabalhando de casa, tem menos despesa?

Se vocês não fizerem algo agora, isso vai virar uma bola de neve. Como representantes do município, das pessoas, vocês têm que trabalhar em prol das pessoas, para elas continuarem vivendo trabalhando, para continuar gerando renda para a Cidade, senão vai todo mundo falir.

Precisamos trabalhar em conjunto com as pessoas, na iniciativa privada, para conseguir restabelecer a economia de São Paulo, que é a máquina do Brasil. Aqui é onde circula a maior parte dos recursos, a tecnologia, o financeiro, bolsa de valores. Então, vocês têm que ouvir mais as pessoas para facilitar a vida do comerciante, do empresário.

A indústria está até funcionando um pouco, mas o setor comercial não está. Quem trabalha hoje e quer abrir o seu negócio virou praticamente um clandestino, que pode chegar a qualquer

comento um fiscal, a polícia, e fechar o estabelecimento se tentar abrir suas portas, tentar sobreviver, de alguma forma.

Há dois tipos de pessoas que estão trabalhando no comércio: as que estão 100% de acordo com a lei, ou seja, mantendo as portas fechadas. Essas provavelmente vão falir. E há aquelas que estão dando um jeitinho brasileiro, tentando abrir, atendendo no balcão, sem que as pessoas entrem, e estão correndo de levar uma multa, de ser presas. Então, está havendo uma inversão de valores. Por isso, temos que ter um olhar para a pessoa que está trabalhando, que não é criminosa; ela precisa se sustentar, ela tem família. Muitos trabalhadores informais trabalham para comprar a janta, então, em vez de se preocupar com gastos públicos e impostos, temos que ajudar essas pessoas, porque isso vai virar uma bola de neve gigante para a nossa cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sr. Fabrício. Vou começar comentando o que o Fabrício citou. Aqui a gente fala do mundo seletivamente, a gente não pega os exemplos completos do mundo. É evidente que, para poder ter a proteção sanitária e ter o isolamento social que, até agora, é a única forma de combater a disseminação do vírus, enquanto não tiver vacina, e evitar mortes, que é a nossa primeira obrigação; o mundo todo, mesmo os países mais pobres adotaram medidas que vão no seguinte sentido: primeiro, algum tipo de proteção para que as pessoas fiquem em casa, os trabalhadores. No Brasil, acabou sendo essa renda básica emergencial, de 600 reais, que foi mal distribuída. É evidente que o sistema bancário tinha condições de fazer uma distribuição muito melhor sem ter filas, mas foi uma opção política da Presidência da República fazer essas filas, essa forma de distribuição que gerou aglomeração.

Segundo, é o crédito para o pequeno e médio comércio, porque o grande se vira. Isso é fundamental para manter o pequeno comércio, porque é uma ilusão pensar em abrir, porque não vai ter quem compre, não tem dinheiro circulando. Então ele precisa de crédito barato e a longo prazo.

O Governo Federal aumentou a liquidez do sistema bancário, o sistema financeiro, em 1,2 trilhão, e esse dinheiro não está alimentando o pequeno e médio comércio. Dos 40 bilhões de linha de crédito para financiar o pequeno e médio, só 2 bilhões foram gastos, pelo tamanho das exigências que

o setor financeiro faz ao pequeno e médio comerciante. Então, a gente tem uma simetria dos sacrifícios.

Podemos discutir a forma de fazer, mas a nossa orientação não é punir e aumentar impostos para quem não pode pagar. A nobre Vereadora Soninha já falou que a nossa carga é absolutamente regressiva. Mas qual o setor que ganhou dinheiro, nos últimos anos, no Brasil? Qual o setor? Foi o setor financeiro. Vamos falar de maquininha para comerciante. Vamos levar a revista *Forbes*, onde se vê o Sr. Luis Frias como um dos bilionários brasileiros, não porque ele é dono da *Folha de S. Paulo*, mas porque ele é dono da PagSeguro, das maquininhas.

Vejamos o aumento do patrimônio, o lucro, de um ano para o outro, do Safra: 18 bilhões, de um ano para o outro de aumento do patrimônio – que era bilionário, com quase 100 bilhões de reais. Então queremos dialogar com o setor no sentido de saber qual a sua contribuição.

É fácil, e me estranha, esse discurso de corte de gasto do setor público. Esse discurso está vencido, esse discurso já era, esse discurso está condenado no mundo todo. E eu vou explicar por que está condenado – vou ler aqui daqui a pouco.

Vocês querem que a gente corte o quê? Professor na escola? Médico? Assistência social? Esses são os gastos públicos. Quais gastos aqui que são... Ah, tudo bem, fecha a Câmara: 500 milhões de reais a menos no orçamento de 70 bilhões? É uma opção – uma opção política, daí, né?

Nós queremos discutir para valer. E se formos discutir para valer, vamos discutir o que o mundo está discutindo.

Eu vou ler um parágrafo de um editorial de um jornal que não é brasileiro – depois eu digo qual é.

“Reformas radicais – invertendo a direção política predominante das últimas quatro décadas”, ou seja, o neoliberalismo – “precisarão ser colocadas sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como passivos, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda; os privilégios dos idosos e ricos em questão. Políticas até recentemente consideradas inviáveis, como renda básica e impostos sobre a riqueza, terão que estar entre as propostas”.

Esse é um editorial do *Financial Times* – não é da *Carta Capital*, é do *Financial Times*, que muitos de vocês devem ler e seguir sempre.

Então, se não entendermos que a pressão sobre o setor público é brutal, porque o aumento do desemprego gera aumento para o setor público... Cada desempregado que tinha um plano de saúde, que tinha uma renda, vai à UBS; quem estava numa escola privada do bairro que fosse vai para a escola pública; vai para a fila da assistência social. As pessoas estão atrás de cesta básica, milhões de pessoas, na cidade de São Paulo. Então existe uma pressão real sobre o setor público. É evidente que não queremos desorganizar a economia, muito pelo contrário, mas nós sabemos que tem setores que ganham mais que os outros. Esse é o diálogo que nós queremos fazer aqui, até para poder proteger os setores que estão sofrendo mais – inclusive, setores empresariais.

Vamos continuar debatendo, vamos ver a melhor forma de fazer essa equação, mas eu acho que não podemos fazer de conta que não existe uma disparidade na tributação, que o setor financeiro não está ganhando bilhões no Brasil – bilhões que são drenados do investimento público, que são drenados do consumo das famílias. Drenado, com uma taxa de juros... Bom, todo mundo aqui tem cartão de crédito. Se não dá para baixar um pouquinho a taxa de juro do cartão de crédito, e tudo vai ser repassado para o consumidor, então eu não sei o que é possível fazermos.

Nesse sentido, o que eu queria colocar é que vamos continuar fazendo o debate, não tem problema; vamos confrontar os números, vamos confrontar as expectativas, porque a expectativa que vai sair da cidade... a cidade tem muitas vantagens para estar aqui, não é apenas a vantagem tributária. Então é um certo terrorismo, que, já em outros momentos, “Ah, milhares de empresários sairão do Brasil se fulano ganhar”. Para essas coisas já estamos vacinados, não é bem assim que funciona.

Eu fui da CPI da Sonegação Fiscal, presidida pelo Vereador Ricardo Nunes, com o Rodrigo Goulart, que participou, com o Vereador Isac Felix, que também é dessa comissão e participou, e, infelizmente, a relação com o setor financeiro não foi de lealdade com a cidade, foi desleal. Não tivemos uma relação boa. Queremos ter uma relação leal, mas aí queremos saber qual o sacrifício... “Diga onde temos de cortar, que vamos dizer onde vocês podem contribuir”. Nós topamos essa conversa. Se vocês conseguirem dizer “vai cortar esse médico, vai cortar esse professor, vai cortar esse funcionário

público”, nós também vamos poder dizer aonde nós vamos buscar recursos para manter os serviços públicos.

Tem mais alguém inscrito?

Vereador Rodrigo Goulart, por favor, com a palavra.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, cumprimentar todos os presentes e que participaram desta reunião. Também, como fez o Presidente, começar pelos últimos comentários do Fabrício.

Bom, Fabrício, eu acho que é importante tudo que você colocou, mas é fundamental também que você acompanhe tudo que a Câmara já fez e tem feito. Então, qualquer tipo de dúvida, ou até sugestão que você tenha para o trabalho dos Vereadores, é importante que vocês nos coloquem aqui também. E parabenizá-lo também pelos movimentos partidários que você tem feito na região, principalmente.

Quanto aos comentários de todos, eu acho que é fundamental escutarmos, e por mais essa rodada em que escutamos todos os que participaram, tanto do Poder Executivo como também da iniciativa privada, e acho que tudo vai agregar muito para essa discussão que a comissão tem feito sobre o tema.

Ouvir o Executivo, e esse posicionamento que o Executivo fez, é fundamentalmente para gente, até porque a lei, sendo aprovada ou não aqui... Quer dizer, sendo aprovada, ela vai para a sanção do Executivo. Então, com um posicionamento como esse, nós vemos que o Executivo é contra, e colocou suas posições – acredito que soluções muito técnicas. É importante, inclusive, além da questão das possibilidades, que eles nos tragam também números. Nós temos vários dados apresentados pela comissão. Então que eles possam trazer também os números, para que possamos tomar uma decisão na Câmara, que pode ser até diferente da que tem o Executivo, mas não podemos também correr o risco de aprovar o projeto aqui, e o Executivo levar a Câmara a qualquer outra exposição, que não a que estejamos discutindo aqui.

A minha posição é bem clara desde o início: a minha grande preocupação é realmente com a ponta final, que é o consumidor, e também o pequeno comerciante. Eu falo isso pela preocupação

realmente, que nós somos os consumidores; nós, todos os Vereadores, somos também consumidores, não somente dos comércios, mas também das entidades financeiras, das instituições financeiras. E eu como pequeno comerciante também tenho grandes preocupações.

São essas as colocações. E que nós aprimoremos ainda mais esse debate na comissão; e também, se for o caso, no plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Com a palavra, o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas uma observação final de todas as falas.

Muito, pegando o que o Presidente Donato falou, que fala com o coração, e que foi eleito por esta cidade, tem uma responsabilidade com a população desta cidade, com as pessoas mais carentes.

Eu não consigo entender, por exemplo, a posição da Secretaria da Fazenda, porque o Secretário, vem na Comissão e fala que tem uma queda na arrecadação de 9,5 bilhões, e não indica qual vai ser a solução para essa questão, e, depois, vem com uma tese de que os bancos podem sair da cidade de São Paulo.

A gente participou da CPI e sabe que as coisas não funcionam desse jeito. O Presidente Donato falou bem que a Cidade lhes oferece uma série de condições para poderem estar aqui e bem desenvolver os seus trabalhos.

O que eu queria falar em geral é uma reflexão para todos. Eu friso: é uma reflexão. A gente tem hoje uma situação de que essa pandemia vai trazer consequências sérias para esta Cidade de 12 milhões de habitantes, enfatizando o que o Presidente Donato falou, muitas famílias já estão deixando as escolas particulares indo para a rede pública. Muitos não terão os seus convênios e vão usar o serviço público, e com essa queda de arrecadação.

Se é um setor que tem uma condição de uma contribuição contributiva, por que não ajudar a Cidade, por que não fazer um esforço que é temporário. Nós vamos receber até dia 15 de outubro,

conforme diz a legislação, o projeto de revisão da planta genérica. Nós vamos ter que votar aumento de IPTU? Porque alguém vai pagar essa conta.

Essa conta vai ficar para o pobre? Vai ficar para o pequeno comerciante? Vai ter que aumentar a passagem de ônibus? Eu já era Vereador na gestão passada, e nós podemos voltar a nossa memória ao que aconteceu quando subiu alguns centavos a passagem de ônibus: quebraram tudo. Colocaram fogo em ônibus e em viaturas. Virou um caos a Cidade.

A gente precisa entender que tem que ser equalizada essa conta. Não adianta a gente esperar chegar o problema, se agravar, para reagir.

Não é justo que, daqui a pouco, tenha que aumentar a passagem de ônibus. Não é justo que, daqui a pouco, a gente tenha que fazer um aumento muito elevado do IPTU. A gente precisa entender que é importante que os setores que têm condições contributiva possam dar a sua quota de sacrifício.

Eu não estou nem mais falando como Vereador. Estou falando como um cidadão, como um apelo. A gente está entendendo bem como é que funcionam essas questões do sistema financeiro: o nível de lucratividade que tem essa atividade.

Agora, vão dizer que por deixar de ter aquele benefício fiscal, por um período, isso vai acabar com a Cidade, que vai sair daqui.

Abro um parêntese, pois muito bem foi alegado a resposta da Secretaria da Fazenda sobre a Bolsa de Valores, que já tem a sua estrutura lá em Santana do Parnaíba. Então, acho até que a Comissão de Finanças pode deliberar por excluir esse item do projeto, eventualmente – é uma decisão que a Comissão tem que tomar, mas eu, particularmente, já sou favorável, porque a justificativa, realmente, traz uma condição de realidade. Agora, com relação aos demais itens. Nós estamos falando de *leasing*, estamos falando de cartão de crédito, de custódia.

Durante a CPI, nós fomos em unidades de bancos, não vou citar aqui nome de bancos para não ficar chato, com seis mil funcionários numa unidade. Essa pessoa vai mudar dali, vai para outro Município porque vai ficar um ano com uma contribuição para a Cidade? Não é possível.

Então, vamos parar de ter um discurso não verdadeiro. Vamos olhar para dentro de cada

para ser mais solidário com essa população que está sofrendo. Vocês não têm ideia do que está acontecendo. Vocês estão vivendo num mundo de bolha. Vão na periferia. As pessoas estão passando fome, e a situação vai se agravar.

A queda de arrecadação do ISS da cidade de São Paulo só no mês de maio foi de 20,9%. Então, por favor, não tenham um discurso fora da realidade. Vamos fazer um discurso de nível, real, de realidade: é temporário.

Ninguém está falando isso numa situação de normalidade: nós estamos numa situação de normalidade. Nós estamos propondo uma ideia num momento de caos, pandemia, em que as pessoas estão desempregadas.

O que vai acontecer se a gente não equilibrar um pouco essas contas? Mandar médicos embora, como falou o Donato? Fechar creche? Deixar de cuidar das ruas e praças? Deixar de coletar o lixo? Não é possível.

Então, é um apelo. Desculpem-me eu não deveria falar, mas chega uma hora que você escuta tanta coisa que é fora da realidade que a alma fala mais alto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes.

O Sr. Marcelo Tannuri pediu um breve esclarecimento. Vou conceder a ele, tem a palavra.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Senhores, apenas para fazer um esclarecimento: não houve discordância entre a Secretaria da Fazenda e o Secretário, ou melhor, entre as áreas técnicas da Secretaria da Fazenda e o Secretário.

O que houve foi que: durante o período de análise, realmente, nós discutimos o tema Fundo. Essa nossa posição não era uma posição óbvia. Foi uma posição construída e decorrente de todas as discussões.

Existem alguns pontos que a gente precisa ter bem claros: quando se fala de um grupo moderado, isso não significa que a Secretaria da Fazenda esteja recomendando que se faça alguma coisa. Nós não recomendaríamos alguma coisa de risco moderado. Claro que existe em relação ao B3 um risco muito maior do que o moderado, mas a Secretaria da Fazenda não recomenda algo de risco

moderado.

Segundo ponto: ainda que eu também compartilhe – claro que eu compartilho de todas as lamúrias expostas aqui, enquanto cidadão, inclusive. O que acontece: na medida em que nós tentamos aumentar as alíquotas, os Municípios vizinhos vão receber esses serviços de braços abertos com alíquotas de 2%, ainda mais num momento em que serviços que já possuem uma alta (ininteligível), ainda num momento em que as pessoas estão trabalhando em teletrabalho.

Então, eu reafirmo duas coisas: primeiro, que nós, da Secretaria da Fazenda, compartilhamos de toda essa chateação e tristeza em relação à situação que a gente vê e mais: que não existiu essa aparente discussão ou discordância em relação às áreas técnicas e o Secretário da Fazenda, tá bom? Apenas que houve uma discussão, construímos esse posicionamento – e foi um posicionamento que, realmente, precisou ser discutido muito a fundo. Tanto que, a princípio, se não me engano, numa conversa lá na CPI, eu cheguei a considerar que era uma boa ideia e, se não me engano, cheguei a falar para os senhores: “olha, aparentemente é uma boa ideia”, mas, logo, eu percebi o problema, inclusive, o Alberto Macedo, Doutor em Direito Tributário, chegou a conversar sobre isso na CPI e trouxe uma opinião muito técnica.

Mas eu agradeço a atenção e acho que termino por aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Marcelo.

Ouidos os nossos convidados, os Vereadores e os munícipes que se inscreveram. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública, agradecendo a participação de todos e todas.

Vamos continuar esse debate.

Um grande abraço a todos.